

A FUNÇÃO SOCIAL DO PROFESSOR E A CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE POLÍTICA

Sandra Almeida Ferreira Camargo¹

Sandra Valéria Limonta Rosa²

RESUMO

A intenção deste artigo é refletir sobre a função social do professor no atual momento histórico e a construção de sua identidade política. Para fundamentar tal reflexão, partimos de uma discussão sobre a(s) identidade(s) docente(s), com a finalidade de compreender como se dá a construção da identidade política do professor a partir da problematização da função que a sociedade lhe atribui, considerando sua complexidade. Enfatizamos a importância de defender a construção de uma identidade política que permita a essa classe de trabalhadores refletir sobre a organização e o desempenho de seu trabalho e de sua função social de forma consciente e coletiva, na luta pela valorização da docência e por melhores condições de trabalho. Compreendemos que a fragmentação e a intensificação do trabalho do professor nesse atual modo de organização social, resultado das políticas neoliberais, é um dos fatores preocupantes no processo de constituição de sua(s) identidade(s) como sujeito histórico, social, cultural e político. É importante enfatizar que a fragmentação da classe trabalhadora, independente da função ocupada por cada trabalhador na hierarquização existente no modo de produção e divisão do trabalho, acaba por ser uma eficiente arma de condicionamento humano. A não existência de uma identidade política e, por fim, de uma consciência de classe, conduzida por um pensamento comum entre os trabalhadores acaba por contribuir com a alienação e o conformismo da classe trabalhadora. Consideramos que os professores têm uma importante função social nesse contexto alienante, uma vez que se constituem como trabalhadores com potencialidades diversas e, por isso, com poder de intervir na estrutura da organização social. Acreditamos que é por meio da formação de uma identidade política de classe que será possível a construção de uma consciência que nos possibilitará *viver em um mundo mais humanizado e justo*.

Palavras-Chave: identidade política, trabalho docente, função social

Introdução

Dos meus companheiros de classe, alguns finos como corais, poucos assinam hoje o nome. A mão amoldou-se de tal maneira ao cabo da enxada, foi tanta a negrura e a fome que os rodeou,

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Bolsista/Pesquisadora - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Professora do Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

que esqueceram de todo que havia letras e pensamento. Mogadouro, Montezinho, Nogueira, Bornes, Padrela... (Ainda me lembro...) [...] E doeu-me só eu ter tido coragem de abrir os olhos contra quem mos queria mergulhados em terra de servidão.

(Miguel Torga. Diário III, 1946. Citação retirada de CATANI, 2013, p. 11)³

Então, nem anjo, nem besta, o homem é homem...

(CIAMPA, 2001, p.71)

Para pensar a função social do professor no atual momento histórico, compreendemos ser necessário num primeiro momento considerar a constituição identitária do indivíduo nos níveis pessoal, profissional e social. Nesse sentido, é essencial refletir sobre o que compreendemos como identidade e como entendemos sua constituição. Para Ciampa (2001), antes mesmo de pensar a composição da identidade do professor, é necessário pensar na representação que temos sobre a identidade como se ela fosse um produto. Dessa forma é possível analisar o processo de sua produção e compreender as diversas combinações e determinações que a configuram. Dubar (2005) discute a constituição da identidade social e sua dualidade na compreensão de uma “identidade para si” e uma “identidade para o outro”, perpassando pela representação da identidade profissional.

Considerando as concepções de identidade docente a partir dos autores acima citados, para refletir sobre a construção de uma identidade política dos trabalhadores da educação é preciso considerar o atual contexto histórico, econômico e social no qual a educação se encontra inserida e quais as condições materiais que os trabalhadores encontram disponibilizadas para a realização de seu trabalho, conforme Mascarenhas (2002 e 2011), a partir da problematização das relações entre o trabalho e a identidade política da classe trabalhadora.

Tentaremos, neste texto, discutir como se constitui a identidade política do professor a partir de sua função social, como se compreende a constituição de uma identidade social e profissional, para em seguida pensar a identidade docente e defender

³ Ênfase aqui a beleza do pensamento do autor bem como a riqueza em associar historicamente a servidão, a pobreza e a negritude. Vejo aqui uma contraposição radical à criação e ao uso, comuns, de palavras referentes ao termo "negro" associando-as a coisas ruins, desqualificadas e inferiores, reproduzindo assim preconceitos e reforçando o racismo.

a necessidade da constituição de uma sólida identidade política dos trabalhadores da educação.

A constituição da identidade individual

Segundo Ciampa (2001) uma primeira noção do que seria a identidade está na compreensão de que é nos diferenciando e nos igualando aos indivíduos dos grupos sociais a que pertencemos que ela se constitui. Enfatiza, entretanto, que devemos considerar a impossibilidade de “isolar de um lado todo um conjunto de elementos – biológicos, psicológicos, sociais etc” (p. 63), características presentes nos indivíduos que possibilitam a sua identificação, “e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade” (p.65). Na verdade o que há é a interpenetração dos dois aspectos; físico e social; objetivo e subjetivo.

Exemplificando, podemos dizer que antes mesmo que a criança nasça ela possui uma identidade pressuposta que lhe foi conferida por alguém que lhe assumirá como filho, e que também irá assumir a função social de pai. Assim, a criança já assume a representação como filho de seus pais, e essa representação já constituía sua identidade. Entretanto, depois do nascimento da criança sua identidade será re-posta continuamente.

O ritual da reposição e constituição identitárias desenvolve-se por vários fenômenos e relações sociais. Podemos continuar essa reflexão expondo alguns aspectos que se configuram ao nascer, dentre eles o sentimento de pertencer àquela família, a relação que se institui com cada um dos indivíduos que a integra, o agir pela repetição de suas ações, ou optando por agir de forma diferente. Todos os integrantes desse grupo familiar podem apresentar alguns aspectos físicos e biológicos que os fazem semelhantes, além de ter o mesmo sobrenome, um aspecto social. Entretanto, cada um deles possui DNA único, tem um nome diferente e próprio, o que não só permite identificá-lo, mas também diferenciá-lo dos demais. Assim, podemos afirmar que a identidade não é determinada antes do nascimento do indivíduo, pela representação que se tem do nascituro, e também não se define apenas pelo pertencimento familiar. Então podemos continuar a questionar: como e quando de fato se constitui a identidade?

Concordamos com a concepção marxista de trabalho (MARX, 1974) que afirma que aquilo que diferencia o homem do animal é a capacidade de exercer ação consciente e transformadora sobre a natureza por meio do trabalho. Nesse sentido, o homem torna-

se homem por meio de sua ação e das relações que, com ela, estabelece. Pode-se dizer que as próprias atividades atribuídas ao homem no desempenho do seu trabalho lhe conferem posições que o compõem. Assim, cada posição que ele ocupa em seu meio social o identifica. Também, a representação que ele e o outro têm dessa posição e dos seus atributos agem como determinantes dele mesmo. A esse respeito Ciampa afirma: “cada posição minha me determina, fazendo com que minha existência concreta seja a unidade da multiplicidade que se realiza pelo desenvolvimento dessas determinações” (2001, p. 67).

Dessa forma, o autor nos chama a atenção para o fato de que devemos pensar essas diversas determinações que se configuram em uma identidade como totalidade, compreendendo que essa totalidade é múltipla, mutável, contraditória, embora uma na multiplicidade e na mudança. Ao se constituir indivíduo social por meio das relações sociais é necessário compreender que a identidade individual se constitui também pelas influências que recebe dos vários grupos dos quais participa, tornando-se fundamental entender que assim se estabelece “uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações onde cada identidade interfere na constituição de uma outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas” (CIAMPA, 2001, p. 67).

Portanto, o estudo sobre a constituição da identidade do indivíduo é indissociável do estudo da sociedade a que ele pertence, uma vez que o contexto social interfere diretamente na constituição da identidade individual e coletiva dos homens, e essas identidades também interferem na identidade social. Ciampa (2001, p. 72) afirma que “as possibilidades de diferentes configurações de identidade estão relacionadas com as diferentes configurações da ordem social”. Ambas se refletem uma na outra causando mutações contínuas no processo de constituições indentityárias.

Para Ciampa, o social é compreendido como o movimento da história, que, por sua vez, é compreendida como a progressiva, contraditória e dialética hominização do homem. Diferenciando-se do animal, este é o responsável pela produção de sua condição de existência ao produzir a si mesmo conseqüentemente (2001, p. 68). A história, então, se faz pela autoprodução humana, com todas as suas rupturas, continuidades, apropriações, adaptações, transformações, limitações e possibilidades.

Cada momento histórico dispõe de possibilidades para o desenvolvimento da humanização do homem. Ou seja, o contexto histórico-social favorece ou dificulta a evolução do homem. Podemos compreender que cada momento histórico se constitui

por um conjunto de fenômenos culturais, políticos e econômicos que interfere na realidade social dos indivíduos. Todas essas determinações causam interferências no modo como o homem vê a si mesmo, da mesma forma que interfere no modo como o outro o vê. Apresenta-se o antagonismo no instante em que o homem se apresenta diante do outro como sendo ele mesmo. Mas, ao fazer essa apresentação de si, ele se torna um “outro” que o apresenta, porém é ele mesmo, embora esteja negando o “outro” que também é.

Ciampa afirma que “é do contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem suas determinações e, conseqüentemente, emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de identidade”; assim, por vivermos em uma sociedade estruturada no modo de produção capitalista, segundo o autor, isso nos impede de nos constituirmos como homem, pois nos tornamos “suporte do capital” mantendo um sistema que determina o homem negando-o enquanto sujeito, coisificando-o, desapropriando-o de sua humanidade, o que pode se configurar como “crises identidárias” conforme Ciampa (2001, p. 72).

Compreendemos a identidade como um processo de constituição e reconstituição do “eu” indivíduo, integrado às representações que ele e o outro têm de si mesmo. Podemos dizer que ela se concretiza meio à dinâmica da realidade histórica e social a que o indivíduo pertence, e por suas diversas redes de representações. Nesse sentido, não há como compreendê-la dissociada do contexto social e seus diversificados fenômenos e, menos ainda, desconsiderar que ela é também uma construção política. Nessa perspectiva, a identidade é contraditória, mutável, movimento, dialética, e não pode jamais ser considerada como algo dado, acabado, estável, estanque. É a síntese de múltiplas determinações e negações de si mesma. Por fim, a identidade configura-se como uma constante metamorfose.

Identidade(s) docente(s) e função social do professor

No campo da educação no atual momento histórico é imprescindível considerar que boa parte das políticas têm sido influenciadas (quando não ditadas) pelos diferentes organismos internacionais (ONU, UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, dentre outros), que têm de certa forma determinado os rumos da educação pública nos países em processo de desenvolvimento econômico. Essa interferência dos organismos internacionais, por meio de financiamento, diretrizes e orientações direcionadas à

educação, reflete-se nas políticas educacionais para a Educação Básica (diretrizes curriculares, programas de ensino) e também nas políticas de formação e de valorização dos professores, afetando não só as atividades dos professores nas instituições de ensino, mas a forma como a sociedade compreende a função social da educação e dos professores e, é claro, a constituição da identidade individual docente.

Para refletir sobre a questão da(s) identidade(s) docente(s), pensaremos aqui a discussão realizada por Dubar (2005), que trabalha com as questões relacionadas à dualidade da identidade social, ou seja, para o autor, existe uma divisão interna à identidade que pode ser elucidada pela dualidade que a define como “identidade para si” e “identidade para o outro”, que são ao mesmo tempo inseparáveis e ligadas de maneira problemática. Inseparáveis, uma vez que a “identidade para si” é correlata ao “Outro”, considerando que dependemos do reconhecimento desse “Outro” e de seu olhar para que saibamos quem somos. Da mesma forma é problemática, pois o “Outro” nunca será eu e contamos com a comunicação possível entre o “Outro” e eu para sabermos qual identidade o “Outro” nos atribui (DUBAR, 2005, p. 135).

Nessa perspectiva, Dubar (2005), assim como Ciampa (2001), considera a identidade como um processo em constante movimento, nunca pronta, sempre sendo construída e reconstruída meio a incertezas. Assim, segundo o autor, a identidade poderá ser incluída a uma abordagem sociológica, desde que pensemos essa relação de dualidade da “identidade para si” e para o “Outro” no processo que a torna possível, que se constitui em processos de socialização. Nesse sentido, define a identidade como um resultado ao mesmo tempo “provisório e estável, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições” (DUBAR, 2005, p. 136).

Essa concepção de identidade, que às vezes nos faz pensar que temos algo de totalmente singular, na verdade revela o que temos de mais comum com outros indivíduos, daí a constatação de que toda identidade individual é, também, social. Conforme nos diz Dubar (2005), trata-se da

[...] tentativa de compreender as identidades e suas eventuais cisões como produtos de uma tensão ou de uma contradição interna ao próprio mundo social (entre a ação instrumental e comunicativa, a societária, e a comunitária, a econômica e a cultural etc.), e não essencialmente como resultados do funcionamento psíquico e de seus recalques inconscientes. (p. 137)

Os processos de identificação acontecem por meio de categorias disponíveis socialmente, que, segundo o autor, podem ser mais ou menos legítimas em seus diferentes níveis. Como exemplo ele cita: “designações oficiais de Estado, denominações étnicas, regionais, profissionais, até mesmo idiosincrasias diversas”. Assim, o autor denomina de “atos de atribuição” a “identidade para o Outro”, o tipo de homem que você é; e “atos de pertencimento” a “identidade para si”, o tipo de homem que você quer ser. O autor enfatiza, ainda, que não há correspondência entre a “identidade predicativa de si” e a “identidade atribuída pelo Outro”. Embora a identidade predicativa possa ser reivindicada pelo próprio indivíduo, “é pela e na atividade com os outros, que implica um sentido, um objetivo e/ou uma justificação, uma necessidade..., que um indivíduo é identificado e levado a endossar ou a recusar as identificações que recebe dos outros e das instituições” (DUBAR, 2005, p. 138).

Segundo o autor, que apresenta as contribuições de Goffman (1963), as identidades podem ser denominadas como identidades sociais “virtuais” e identidades sociais “reais” – sendo que as primeiras dizem respeito às “atribuições de identidades” por parte das instituições e seus agentes na interação com os indivíduos, e as segundas, ao processo de “incorporação da identidade pelos indivíduos” – e devem ser analisadas internamente às trajetórias sociais em que os indivíduos se contam sobre o que são, sendo que é isso que dá legitimidade subjetiva ao indivíduo. Entretanto, Dubar (2005) afirma que não devemos renunciar à noção de identidade social, contanto que ela seja definida e problematizada, salientando que algumas categorizações influenciam o processo de construção da identidade para si, porém não as fixam ou as determinam de forma mecânica. Ele prossegue:

De um lado os indivíduos de cada geração devem reconstruir suas identidades sociais 'reais' a partir: 1) das identidades sociais herdadas das gerações anteriores ('nossa primeira identidade social nos é sempre conferida' Laing, p.116); 2) das identidades virtuais (escolares...) adquiridas durante a socialização inicial ('primária'); 3) das identidades possíveis (profissionais...) acessíveis no decorrer da socialização “secundária”. De outro lado, as próprias categorias pertinentes de identificação social evoluem no tempo e permitem antecipações recíprocas sobre as quais podem se enxertar as negociações identitárias. (DUBAR, 2005, p. 145)

Toda essa discussão sobre a constituição das identidades sociais, “virtual” e “real”, se fez necessária para, enfim, adentrarmos na reflexão sobre a denominada “identidade profissional”, que para alguns autores contribui e resulta na definição de

“identidade(s) docente(s)”. Dubar (2005, p. 146) aponta que as categorias sociais a partir dos campos *trabalho*, *formação* e *emprego* tornaram-se legítimas a partir de 1960, momento em que “se reforçaram no cerne dos processos identitários” devido à crise iniciada no fim desse mesmo ano, e por meio da “evolução das políticas de gestão do emprego ao longo dos anos 1980”.

Dubar (2005) enfatiza ainda que, embora as categorias formação, trabalho e emprego tornaram-se cada vez mais fundamentais aos processos identitários, é preciso compreender que, antes de se identificar socialmente como pertencente a um grupo profissional, o indivíduo se identificou a outros grupos desde o nascimento. Assim, não é possível reduzir as identidades sociais apenas ao status de emprego e aos níveis de formação do indivíduo. Considera também que se faz importante para a identidade social a relação de confronto que se estabelece entre a formação escolar e a inserção no mercado de trabalho. Por meio desse confronto e por seus resultados, não apenas as competências, status, carreira e identidade possível tornam-se reconhecidas; também, desse mesmo processo, “dependerão as modalidades de construção de uma identidade 'profissional' básica, que constitua não somente uma identidade no trabalho, mas também e sobretudo, uma projeção de si no futuro”, configurando-se em uma trajetória de emprego e uma formação capaz de desenvolver uma lógica de aprendizagem.

Através da discussão apresentada compreendemos que a identidade profissional, que é social, se constitui pelas relações de trabalho nas participações em atividades coletivas conforme o modo como cada membro do grupo se identifica e se relaciona com o outro, “seus pares, os chefes e outros grupos” (DUBAR, 2005, p.151). Depende também da função exercida no espaço de trabalho e suas representações coletivas e distintas, sendo que, entre essas, o processo que mais se destaca é o de confrontação e negociação identitárias.

Para Cardoso (2011), esse processo de negociação e confrontação foi vivenciado pelos docentes no Brasil no período de 1990 e intensificou-se na década inicial do século XXI, momento em que ocorrem as reformas educacionais, e o estado adota várias “ações de caráter gerencialista no que diz respeito às políticas educativas nas áreas de formação de professores, nos modelos de gestão do trabalho docente, do currículo e da gestão escolar” (p. 187). O autor entende que tudo isso contribuiu “para as transformações identitárias dos docentes”, pois assim surge a “docência de resultados”, e o sistema educacional passa a se orientar pelas metas alcançadas nas

avaliações realizadas por instituições externas à escola, que visam manter o foco no desempenho dos alunos.

Nessa perspectiva, reconhecemos que o modo como está organizado o trabalho do professor não se distancia do modo de organização das outras esferas do mundo do trabalho. Há uma organização hierarquizada a que se submete o trabalho do professor a qual visa ao maior controle de sua função, por parte do Estado, e aumenta a exigência por competências na produção, privilegiando, assim, o treinamento dos alunos à espera de resultados (aferidos por exames e provas institucionais, externas à Escola) que atendam às exigências do mercado de trabalho e consumo, a serviço do capital.

O professor não mais se reconhece nas atividades que desenvolve, ou seja, não realiza apenas o trabalho pedagógico, pois não se envolve apenas com os processos de ensino e aprendizagem. Antes, assume várias outras atividades burocráticas e funções demandadas pela sociedade, como vacinação, orientação sobre escovação, cuidados no trânsito, formação de bons hábitos/comportamentos, higiene, alimentação, sexualidade, saúde, drogas, combate às epidemias, uso correto das tecnologias que atendam ao mercado profissional, entre outras possíveis demandas que interessam à sociedade em determinados momentos. Todas essas atividades lhes roubam o tempo do ensino.

Essas demandas que são lançadas no interior das escolas públicas causam fragmentação e indefinição da função social do professor, além de negarem a possibilidade da constituição de uma identidade homogênea aos docentes. Diante das diferentes argumentações que daí advêm, forjam-se imagens em que os mesmos assumem funções que vão desde especialistas, orientadores do ensino, profissionais da educação, equiparando-se assim o papel atribuído ao educador à função sacerdotal, que, segundo Cardoso, ainda permanece como “a imagem do(a) professor(a) abnegado(a), a serviço de uma nobre missão, desprendido(a) de ambições materiais” (2011, p. 189).

As incertezas que cercam as “identidades” dos professores, a indefinição de sua função social, a sobrecarga de trabalho, a desvalorização salarial e as cobranças e avaliações por parte do Estado e sociedade são fatores que têm causado intenso desgaste físico e emocional a esses trabalhadores. Percebemos que chegamos ao caos quando lemos trabalhos resultantes de pesquisas que apontam o alto índice de desistência de professores. Ou mesmo quando vemos reportagens e ouvimos de médicos que compõem as “juntas médicas” (instituições a serviço do Estado e que são responsáveis pela avaliação da saúde dos trabalhadores da educação) que se tornaram naturais e

cotidianas as frequentes licenças psiquiátricas, de longos períodos, concedidas aos professores que insistem em permanecer em sala de aula.

O que é necessário fazer para minimizar ou mesmo transformar as precárias condições de trabalho dos professores da rede pública de ensino? Acreditamos que inicialmente devemos refletir sobre qual é a função social da escola nesse modelo de sociedade. E conseqüentemente definir qual a função social do professor. A educação não pode ser pensada por campanhas partidárias, políticas, de governo e muito menos por programas. Para isso, precisamos lutar pela formação de uma consciência de classe, em que os trabalhadores da educação, politicamente organizados, possam atuar junto à sociedade, para juntos pensar em novos rumos para a Escola pública, definindo qual função social essa instituição terá como prioritária. Será o espaço para a formação de conhecimentos ou espaço assistencialista de acolhimento?

Em defesa de uma sólida identidade política docente

Vivemos em uma sociedade estruturada no modo de produção capitalista, onde os meios de produção e a divisão social do trabalho existem em função do capital e do seu acúmulo, reservado aos que detêm os meios de produção e dispõem de capital para contratar indivíduos dispostos a vender sua força de trabalho. Esse modelo de organização societária determina e hierarquiza o lugar que cada indivíduo irá ocupar na sociedade, e, como discutimos anteriormente, as atribuições e posições ocupadas pelo indivíduo constituem sua “identidade” na rede de representações e relações sociais que se efetivam por meio do trabalho.

Nessa perspectiva, quando pensamos a função social do professor, devemos considerar que tanto os professores da educação básica quanto os professores do ensino superior têm sofrido um mesmo processo de “coisificação” pela precarização das condições materiais de seu trabalho, embora alguns autores considerem que essa expropriação identitária se encontra de forma ainda mais intensificada na realidade dos professores da educação básica.

A fragmentação e a intensificação do trabalho do professor nesse atual modo de organização social, resultado das políticas neoliberais, é um dos fatores preocupantes no processo de constituição de sua(s) identidade(s) como sujeito histórico, social, cultural e, sem dúvida, político, conforme discutimos anteriormente. Shiroma e Evangelista

(2003) afirmam que os mecanismos de controle do trabalho docente, propostos por essas reformas, “permitem afirmar que, a despeito do conteúdo positivo inscrito no conceito de profissionalização, tendem à proletarização e à desintelectualização do professor”. Dizem ainda que esses elementos, dentre outros, submetem o professor “à constante ameaça de desqualificação”, e sua prática pedagógica é minada pela “progressiva burocratização e relativa perda de vantagens em salário, status e privilégio” (p. 68-69).

Nessas circunstâncias, e por acreditar na resistência contra-hegemônica ao sistema imposto, é que defendemos a constituição de uma identidade política do professor. Focaremos, portanto, a discussão deste último tópico nas demais dificuldades inerentes ao processo de construção de uma identidade política desse trabalhador da educação. Consideramos que a identidade política é necessária e fundamental para que possamos constituir uma consciência de classe, momento em que todos os trabalhadores, independente da classe a que pertence, estarão preparados para reivindicar melhores condições de trabalho e uma justa divisão nos lucros de seus esforços.

Compreendemos que nenhum processo de composição identitária é homogêneo e linear. Ao contrário, ele se dá meio às contradições, conflitos, movimentos e mudanças diárias. Com a identidade política não é diferente, o que se justifica, segundo Mascarenhas (2011), “por ser a política uma esfera definidora, visto que, em seu âmbito, se constituem as relações de poder que permeiam as relações sociais como um todo” (p. 9). A autora esclarece sua concepção de poder, definindo-o como “potência ou potencialidade”, e compreende que essas relações de poder não precisam ser estabelecidas pela imposição do interesse de alguns sobre os demais, exercendo a dominação. De acordo com a autora, o poder deve ser um exercício de desenvolvimento da “potencialidade dos indivíduos”, o que pode ocorrer de forma colaboradora entre os homens em um processo de humanização.

Entretanto, na atual forma de organização capitalista, as relações de poder impedem a possibilidade de o homem desenvolver suas potências individuais por meio do trabalho e de suas relações com o outro, uma vez que, conforme a concepção marxiana em que a autora se fundamenta, “em uma sociedade capitalista, a política é exercida essencialmente como dominação, visto que o seu principal motor é a exploração do homem pelo homem por meio da extração da mais-valia”, sendo que essa estrutura societal inviabiliza a emancipação humana (MASCARENHAS, 2011, p.11).

Nesse sentido, ainda segundo a autora, a classe trabalhadora só alcançará emancipação quando tiver a capacidade de tomar suas próprias decisões e resolver os problemas que lhes são impostos no mundo do trabalho e na vida de modo geral. Para tal, a autora destaca que se torna fundamental desenvolver o processo de construção de uma identidade política da classe trabalhadora,

[...] como o processo de configuração da autoconsciência de um grupo, em que ele elabora sua posição e ação diante dos conflitos sociais e relações de poder. A identidade é um modo específico de articulação do grupo. É um fato de consciência significando uma auto-representação ou auto-definição, manifestada tanto no comportamento quanto no discurso. É um jogo dialético entre o mesmo e o diverso. O conflito e a heterogeneidade constituem terreno propício à formulação da autoconsciência. (MASCARENHAS, 2002, pág. 15)

Assim, podemos dizer que uma das dificuldades da constituição da identidade política dos professores, entre outros fatores, perpassa também pelas contradições e conflitos na realização do seu trabalho no cotidiano escolar, bem como pela desvalorização diária a que os trabalhadores docentes são submetidos. Podemos dizer que essa desvalorização se consolida por meio de três pontos principais.

O primeiro elemento é a questão salarial, uma vez que vivemos em uma sociedade capitalista, e todo o trabalhador, não sendo diferente com o docente, necessita de capital suficiente para suprir suas necessidades básicas de existência. Como nos mostra a história, devido à luta dos trabalhadores da educação por meio de sindicatos e outros movimentos sociais em defesa da educação pública, foi instituído o piso salarial nacional para o professor (Lei nº 11.738, de 16/07/2008). Entretanto, temos vivenciado a resistência dos governantes em pagar esse piso aos docentes. Há regiões em que os trabalhadores recebem um salário que se aproxima do piso, porém não é o valor real; em outras regiões, muitas vezes em um mesmo estado, estão pagando aos professores um salário muito inferior ao estipulado pela lei.

Sobre essa questão, podemos citar o estudo de Shiroma (2003) intitulado “O eufemismo da profissionalização”, que nos apresenta uma importante discussão sobre o documento do Unicef intitulado *Making quality basic education affordable: what have we learned?* Escrito por *Peter Buckland*. A autora, com base nele, explicita como os governantes juntamente com os “reformadores empresariais da educação” buscam, por meio de políticas de formação profissional, manter os baixos salários dos professores, utilizando-se de estratégias de formação para justificar a manutenção dos interesses

capitalistas. Realçam o momento em que o documento expõe de forma clara o uso de políticas e até mesmo a cooptação dos sindicatos dos próprios professores para a submissão aos interesses governistas e dos tais reformadores empresariais.

O Unicef também destaca que o apoio dos sindicatos de professores pode ser fator-chave nas estratégias para reestruturar a escala de salários e/ou empregar professores de baixo custo e qualificação. Argumentos desta natureza nos permitem inferir que a reforma da formação de professores teve o objetivo deliberado de reduzir custos e ao mesmo tempo aumentar o controle sobre esta categoria profissional; em outros termos visam a proletarianização dos docentes. (SHIROMA; EVANGELISTA, 2003, p. 65)

As condições de trabalho dos professores constituem-se no segundo elemento de fundamental importância nesse cenário. Podemos elencar essas condições desde a estrutura física dos prédios escolares, com estruturas impróprias e insalubres em alguns casos, passando pela alimentação oferecida aos alunos em algumas escolas (principalmente de tempo integral), o que interfere diretamente no trabalho pedagógico do professor, até a falta de material didático, o cotidiano déficit no quadro docente, o tempo de trabalho e a sobrecarga a que são submetidos.

Com relação à estrutura física, podemos dizer que muitos prédios escolares encontram-se em situações precárias, causando desde desconforto até riscos à integridade física dos alunos e trabalhadores em geral. Há escolas que não possuem quadras cobertas, outras nem mesmo dispõem desse espaço para a realização de práticas esportivas ou outras atividades físicas, pedagógicas e culturais. Algumas escolas chegam a causar constrangimentos pela falta de banheiros suficientes para atender o número de crianças e funcionários.

Com relação aos outros fatores, a falta de materiais didáticos e o contínuo déficit de professores sobrecarregam o coletivo, causando-lhes problemas físicos, psíquicos e emocionais, pois o stress amplia-se no ambiente de trabalho. Também, a questão da merenda escolar, que num primeiro momento pode até parecer algo dissociado do trabalho docente, contribui para aumentar tal desgaste. Se nos referirmos às escolas de tempo integral, constatamos que esse quadro de análise é importante, tendo em vista que é desumano manter as crianças por um período de oito horas consecutivas no espaço escolar sem alimentação saudável e adequada. Infelizmente, essa situação tem sido constatada em algumas escolas de tempo integral, e é notória a interferência dessa má alimentação na participação dos alunos em algumas atividades no período vespertino, o que interfere seu processo de aprendizagem.

A formação do professor configura-se como o terceiro elemento indispensável nesta reflexão, pois está diretamente ligada às reais condições materiais de trabalho. É necessário compreender que essa formação não ocorre apenas em um curso superior voltado à formação de professores. Discutir identidade requer ter condição de pensar de forma dialética esse processo de formação, tendo então que considerar que a formação escolar desse trabalhador inicia-se desde a educação infantil, passando por toda a educação básica. Há que se considerar uma análise da totalidade da questão, uma vez que a maioria dos professores advém da classe proletária. E por causa disso tiveram uma formação deficitária, desprovida do contato com diversos conteúdos científicos, línguas, artes, músicas e culturas. Sendo assim, não tiveram uma formação ampla, antes vivenciaram uma frágil formação teórica.

A segmentação da categoria e o aligeiramento da formação de professores vêm ao encontro das prescrições de organismos internacionais para a gestão da educação na última década. O Unicef, por exemplo, recomenda uma “utilização mais eficiente de professores” que pode ser obtida pela via da redução de custos, seja pelo emprego de professores qualificados com baixos salários, seja pela participação daqueles com pouca qualificação cuja a mão-de-obra já é barata, o que seria compensado por treinamento em serviço. O documento do Unicef, redigido por Peter Buckland (2000), intitulado *Making quality basic education affordable: what have we learned?*, afirma que os professores são o mais caro e mais importante recurso no processo educativo. (SHIROMA; EVANGELISTA, 2003, p. 64)

Portanto, a precarização formativa fundamenta-se no documento, que orienta em direção a outra alternativa, “a formação a distância”, em que se afirma que investir na formação em serviço, apoiados pela educação a distância, é preferível como “treinamento inicial” e como estratégia para expandir rapidamente o fornecimento de professores e providenciar um estoque de professores relativamente baratos” (SHIROMA; EVANGELISTA, 2003, p. 64). Há, a todo momento, a clara intenção em abolir a formação do professor das universidades transferindo a responsabilidade para o próprio ambiente de trabalho, política que, conforme as autoras, “não visa apenas a redução de custos, mas também a desintelectualização do professor”.

Reiteramos que não é objetivo deste artigo realizar uma análise de cada um dos aspectos negativos da formação docente. A intenção foi citar algumas das muitas problemáticas que identificamos nessa questão, que podem nos ajudar a refletir sobre a fragilidade das atuais políticas e modelos de formação docente. Não apenas das universidades públicas mas também, em situações ainda mais alarmantes, nas universidades privadas. Infelizmente, o modelo de formação continuada adotado pela

maioria das secretarias das redes públicas de ensino reproduz as políticas de formação mencionadas, mostrando-se cada vez mais deficitário e incapaz de qualificar o professor. Até mesmo as “condições disponibilizadas” aos professores para participar dessa precária formação são ineficazes e contraditórias. Na maioria das vezes os cursos devem ser feitos fora do horário de trabalho, o que diminui bastante a participação do professor. Quanto a isso, Mascarenhas (2002) enfatiza que “é difícil conseguir motivação interior de quem trabalha em precárias condições”. Podemos dizer que essa é, segundo a autora, “mais uma das contradições geradas no âmbito da atual fase do sistema capitalista” (p. 12).

Além dos três elementos já apresentados, salientamos também a concepção aligeirada que a maioria da população tem sobre o significado da política e seu poder de mudança. Um número considerável de pessoas só compreende a política conforme o uso a que o capitalismo a submeteu: como meio de dominação atendendo ao interesse de alguns indivíduos sobre os interesses da maioria. Por essa compreensão equivocada muitas pessoas tendem a fortalecer o esvaziamento do sentido da política. Discutindo essa perspectiva, Mascarenhas (2011) enfatiza que “a superação da política como prática de dominação é um elemento fundamental para a emancipação humana” (p. 11).

Os professores como indivíduos sociais e trabalhadores nesse modelo de sociedade acabam pensando exatamente assim, como a maioria, por isso têm dificuldade em compor uma identidade de classe trabalhadora. Não se reconhecem como trabalhadores, por reproduzirem a ideologia burguesa no que concerne à separação entre trabalho braçal e trabalho intelectual. Mascarenhas (2002) afirma, nesse sentido, que “não foi ainda ultrapassada a barreira da separação social e política entre concepção e execução, trabalho manual e trabalho intelectual...” (p. 12). Assim, muitos professores apresentam dificuldades ainda maiores em constituir uma identidade política.

Nesse cenário, os professores deparam-se com novas barreiras ideológicas, que têm a função de fazer com que o trabalhador acredite que seu interesse é o mesmo do patrão. No caso dos professores da rede pública, que o interesse do Estado é o seu, no que se refere à melhoria do ensino, levando-os ao conformismo com a realidade social, econômica e política em que estão inseridos.

Quando há essas apropriações e internalizações por parte dos professores torna-se ainda mais difícil atuar na contraposição a essas ideologias. Mascarenhas (2011) destaca que a construção da identidade política de classe “é fundamental na constituição

da consciência de classe e no desenvolvimento da classe em si para a classe para si”. Define a identidade política como “o processo por meio do qual a classe reconhece a si mesma e posiciona-se perante o(s) outro(s) conforme as relações de poder que se constituem no âmbito da sociedade” (p. 17). É preciso, portanto, que o professor seja capaz de refletir seu trabalho dentro da lógica da totalidade, para que assim seja capaz de analisar as estruturas econômicas e políticas que tentam tornar seu trabalho precário e minimizar sua importante função formativa, política, social e transformadora.

Considerações finais

Finalizamos este artigo enfatizando mais uma vez a importância de refletirmos sobre a função social do professor, bem como a possibilidade de constituição de uma identidade política desse trabalhador, uma vez que o trabalho docente se configura como uma atividade complexa por estar diretamente vinculada à formação de indivíduos que trazem em si (consigo) constituições identitárias e suas representações e sentidos sobre a função da escola e do professor. Lidar com os processos de ensino e aprendizagem exige sólida formação e um grande conjunto de conhecimentos, não só dos conteúdos do currículo básico, mas também dos métodos e técnicas necessárias para que o processo de ensino resulte em aprendizagem. Acreditamos também que se faz necessária uma formação política que capacite o docente a lutar por melhores condições de formação e de trabalho.

Entretanto, temos uma sociedade onde os trabalhadores são submetidos a uma sistemática exploração, e muitas vezes a remuneração recebida pelos trabalhadores não é suficiente para suprir suas necessidades básicas, levando-os a trabalhar em vários turnos e diferentes instituições. As condições de trabalho são precárias, a sobrecarga adoece e limita-os a uma vida escassa de todas as formas de cultura e lazer. No geral, temos uma massa de trabalhadores, que se encontra em situações precárias e desumanas, e uma classe dominante, detentora de todo o lucro e capital que se faz da mais-valia, do suor, e à custa da dura vida de privações e sofrimentos dos trabalhadores.

É importante enfatizar que a fragmentação da classe trabalhadora, independente da função ocupada por cada trabalhador na hierarquização existente no modo de produção e divisão do trabalho, acaba por ser uma eficiente arma de condicionamento humano. A não existência de uma identidade política e, por fim, de uma consciência de

classe, conduzida por um pensamento comum entre os trabalhadores acaba por contribuir com a alienação e o conformismo da classe trabalhadora.

Consideramos que os professores têm uma importante função social nesse contexto alienante, uma vez que se constituem como trabalhadores com potencialidades diversas e, por isso, com poder de intervir na estrutura da organização social. Acreditamos que é por meio da formação de uma identidade política de classe que será possível a construção de uma consciência que nos possibilitará “viver em um mundo mais humanizado e justo”, afinal, conforme Mascarenhas (2002, p. 14-15), “é preciso gerar as condições para o exercício da potencialidade do trabalho, o que significa moldar a estrutura societal do trabalho em contraposição à estrutura societal do capital”.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Maurício Estevam. Identidade(s) docente(s): aproximações teóricas. In: OLIVEIRA, D. O.; PINI, M. E.; FELDFEBER, M. (orgs.). **Políticas educacionais e trabalho docente – perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CATANI, Afrânio Mendes. **Origem e destino: pensando a sociologia reflexiva de Bordieu** – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

CIAMPA, A. da C. Identidade. In: LANE, S. (org.). **Psicologia social – o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DUBAR, C. **A socialização – construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARX, Karl. O processo de trabalho ou o processo de produção de valores de uso. In: **O Capital**. (Vol. 1, Parte III, Cap. VII). Coimbra: Centelha, 1974. (20 págs.).

MASCARENHAS, A. C. B. O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora. Goiânia: Alternativa, 2002.

_____. Consciência de classe, identidade política e educação. In: ZANOLLA, S. R. S, MASCARENHAS, A. C. B. (orgs.). **Sociedade, subjetividade e educação: Perspectiva marxista e frankfurtiana**. Editora Alínea, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, Maria Célia Marcondes de. (Org.) **Illuminismo às avessas: produção do conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro, 2003, p. 61-79.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Um fantasma ronda o professor: a mística da competência. In: MORAES, M. C. M. de (org.). **Illuminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.